

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16161 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

AMPLIAÇÃO DA QUANTIDADE COM REBAIXAMENTO DA QUALIDADE: UM DILEMA EDUCACIONAL NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (1921-1971)

Luísa Grando Orfali - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Natalia de Lacerda Gil - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

AMPLIAÇÃO DA QUANTIDADE COM REBAIXAMENTO DA QUALIDADE: UM DILEMA EDUCACIONAL NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (1921-1971)

RESUMO: Neste trabalho, assume-se como foco o debate sobre a qualidade do ensino na mídia destinada ao público em geral. Especificamente, apresenta-se o modo como a preocupação com a queda da qualidade estava associada à ampliação do acesso aos diferentes níveis de ensino. Para isso, foram analisados artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, entre 1921 e 1971 e que se encontram disponíveis digitalizados no acervo mantido pelo próprio jornal. A análise teve como referencial teórico os estudos de Reinhart Koselleck (2015), especialmente as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

PALAVRAS-CHAVE: QUALIDADE DO ENSINO; IMPRENSA; FOLHA DE S. PAULO.

A preocupação com a qualidade da educação brasileira tem ocupado significativo espaço nos debates e nas políticas educacionais da atualidade. Essa, no entanto, não é uma preocupação nova. Ao menos desde as décadas de 1930 e 1940 é possível encontrar defesas quanto à necessidade de melhorar a escola no Brasil (Freitas, 1946). Ao longo das décadas seguintes, vários autores destacaram a insuficiência e a ineficiência da escola brasileira (Cardoso, 1949; Kessel, 1954; Werebe, 1970; Romanelli, 1978; Goldberg *et. al.*, 1981; Brandão, *et. al.*, 1983; Ribeiro, 1984; Rosemberg, 1987; Ribeiro, 1991; entre outros).

A noção de qualidade, no entanto, não é unívoca. Trata-se, como propõe Maria Tereza Esteban (2008, p. 6-7), de uma

palavra polissêmica, plástica, que encerra virtualidades e positivities, expressa convergência de preocupações, permitindo a rápida construção de um consenso por criar a ideia de agregação em torno de compromissos comuns. Estas características ocultam o quanto suas diferentes acepções guardam possibilidades opostas e contraditórias de organização da escola como projeto social.

Nesse sentido, tem nos interessado escrutinar os deslocamentos de sentido ao longo do tempo, assim como compreender as articulações argumentativas que acompanham a permanência da avaliação de que a educação no Brasil vai mal. Assim, tem se mostrado profícuo basear a

análise do *corpus* documental nos pressupostos teóricos de Reinhart Koselleck (2006, p. 103) que destaca que o historiador tem a “obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então”.

A análise apresentada neste trabalho assume como fonte histórica, para tanto, um jornal de circulação diária dirigido ao grande público. A *Folha de S. Paulo* foi criada em 1921, publicada no estado de São Paulo e tem sido tradicionalmente um periódico lido pelas elites locais, mas com influência também nacionalmente (Mota e Capelato, 1982).

A busca dos artigos foi feita no acervo digitalizado da *Folha* para o período compreendido entre 1921, ano de criação do jornal, e 1971, ano de promulgação da Lei 5.692, que reorganiza o ensino distribuindo a escolarização básica em Ensino de 1º e 2º Grau e estabelecendo 8 anos de direito à educação para todos. A estratégia de busca foi utilizar o termo “qualidade do ensino” no acervo disponibilizado pelo próprio jornal, acessível apenas para assinantes. Circunscrevendo o período e procedendo à triagem para retirada dos artigos que não se referiam ao escopo da pesquisa, o resultado totalizou 87 ocorrências.

Vale destacar que, conforme a literatura especializada tem sublinhado, os jornais são fontes importantes para a compreensão da sociedade, seus focos de interesse e tensões (Martins, 2018). Tais documentos devem ser investigados mediante uma acurada atenção acerca de suas possibilidades e seus limites. Especialmente, é preciso estar atento ao fato de que tanto artigos de opinião quanto reportagens e notícias apresentam ideias e argumentação dos grupos sociais que escrevem, financiam e/ou leem tais jornais. Portanto, há sempre predominância de alguns pontos de vista, temáticas e argumentos.

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar a centralidade do debate que articula a ampliação da quantidade de matrículas ao suposto rebaixamento da qualidade do ensino. Tal preocupação aparece pela primeira vez em artigo de 1923 cuja argumentação é que a profusão de faculdades de farmácia e odontologia no interior do estado de São Paulo teria trazido a necessidade de “regularizar e moralizar o ensino”. Por dependerem das matrículas para existirem, tais faculdades teriam aberto mão de critérios rígidos de seleção recebendo alunos pouco preparados e preguiçosos. Segundo o jornal,

O caso da Escola de Pharmacia da capital é, na espécie, sumamente característico, pois vem demonstrar que em taes estabelecimentos, não é a qualidade do ensino, nem as vantagens da sciencia que os alumnos, em geral, procuram, mas as facilidades de admissão e... do resto (sem título, 1923).

É a partir da década de 1930, porém, que a questão da qualidade passa a ter mais ocorrências no jornal, em artigos que apontam o problema da reprovação na escola primária e da precariedade das escolas rurais. Como exemplo, temos a notícia “Ainda sobre o rendimento do ensino primário” (Branco, 1936), na qual o diretor de um grupo escolar afirma que a reprovação não está relacionada à baixa qualidade do ensino, contrariando algumas

notícias anteriores que afirmavam que o número de reprovações e a qualidade do ensino estavam relacionadas. De acordo com o diretor,

Os 30% de reprovações nada têm que vêr com a qualidade do ensino. A qualidade de nosso ensino é boa e para ser melhorada, conforme v.s sugere, era necessário que fosse má [...] As verdadeiras causas determinantes da má porcentagem da promoção são de ordem administrativa, tecnica e economica, que o confrade provavelmente ignora por não estar devidamente enfronhado (Branco, 1936).

Nos anos 1940, 1950 e 1960, o destaque está no ensino secundário, em especial, em função da baixa qualidade das escolas particulares. Tal situação é perceptível na notícia intitulada “Comercialização e fiscalização do ensino” (1947). De acordo com esse texto, a baixa qualidade do ensino estaria associada com a lógica do comércio, ou seja, como o ensino era pago, abria-se mão da qualidade em detrimento do lucro. Dessa forma, caberia ao Ministério da Educação velar pela qualidade desses estabelecimentos:

Pela qualidade da mercadoria deveria velar o Ministério da Educação. Por isso, dentre os pecadores, ele o maior de todos. À Divisão do Ensino Secundário do Ministério caberia: 1) impedir que se dessem certificados de aprovação aos que não estivessem realmente aptos para isso; 2) oferecer ao povo um meio de classificar as escolas segundo sua verdadeira eficiência [...] (Comercialização, 1947).

Nota-se que a principal preocupação era que se mantivesse um nível mínimo de eficiência que permitisse que escolha das escolas acontecesse por qualidade, não pelos valores das mensalidades.

A discussão sobre a comercialização do ensino não perde forças com o avanço das décadas. Conforme artigo publicado em março de 1956, o ensino secundário particular manteria seu foco no lucro, abrindo mão da qualidade:

[...] o ensino particular é realmente uma forma de comercio, embora com características próprias [...] num país onde o analfabetismo ainda macula mais de 50% da população, e onde a parcela analfabetizada se ressent de uma lastimavel incultura, entretanto, o comercio de ensino deveria ser colocado em um plano alto (Para combater..., 1956).

Interessante apontar que uma das principais soluções apontadas para resolver o problema é a abertura de escolas oficiais, consideradas mais confiáveis e com maior qualidade.

Nos anos 1960, contudo, a questão da ampliação das vagas no ensino superior e o risco de quedas da qualidade do ensino volta à pauta e ganha grande destaque em função, sobretudo, do problema dos excedentes no vestibular. Com o aumento do interesse dos jovens em ingressar nas universidades, ampliou-se a competição no exame vestibular. Isso ocasionou uma situação nova e que comparece com frequência na pauta da *Folha de S.Paulo* porque o público leitor era diretamente atingido pela questão. Uma parte dos concorrentes obtinha boas notas no exame, mas ficava excedente, pois não havia vagas para acolher todos os candidatos. Em torno desse problema, vários artigos debatem se haveria efetivamente risco de queda na

qualidade do ensino caso as universidades ampliassem as vagas para acolher esse excedente. Um exemplo encontra-se no artigo “Vestibular: é mesmo uma solução certa?” (Hamburguer; Ribeiro-Neto, 1970), no qual destaca-se que a escola média estaria focando muito nos vestibulares, não oferecendo outras oportunidades, mais técnicas, para evitar tamanha disputa no vestibular. Todavia, para além da disputa, a notícia destaca que, com o aumento da procura, o público universitário tornou-se menos homogêneo, o que poderia trazer alguns problemas:

[...] podemos encontrar na população de postulantes ao Ensino Superior, desde indivíduos que estão no limiar da debilidade mental, e apenas evadem as fronteiras do analfabetismo, até aqueles dotados de inteligência brilhante e tão bem preparados quanto o permita a qualidade do ensino médio. A admissão de estudantes pouco aptos e mal preparados conduz à elevada proporção de fracasso acadêmico [...] que contribui para tornar o Ensino Superior mais oneroso e menos eficiente (Hamburguer; Ribeiro-Neto, 1970).

Ainda que exista espaço para apresentação de opiniões contrárias em torno da questão, vale ressaltar que a tendência do conjunto dos artigos é pela afirmação da queda da qualidade. Isso fica evidente, por exemplo, na chamada publicada na primeira página do jornal em 02 de maio de 1970 com o seguinte título: “Direito e Economia: pesquisa comprova má qualidade do ensino”. Na página 6 da mesma edição, um artigo explicava que

Pesquisa feita sobre o ensino superior em São Paulo pelo IPE – Instituto de Pesquisas Econômicas da USP – durante os dois últimos anos mostra que os cursos de Direito e Economia tiveram grande expansão que, entretanto, não foi acompanhada pela qualidade do ensino (Qualidade..., 1970).

Este trabalho buscou destacar a relação estabelecida entre qualidade do ensino e quantidade de alunos atendidos pela escola, no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1921 e 1971. Ao longo do estudo, é perceptível que conforme escolas instituições de ensino ampliam a quantidade de vagas e passam a atender um público mais amplo, a questão da qualidade de ensino torna-se uma preocupação nos debates que circulavam. É interessante notar que a discussão não fica restrita ao ensino primário e secundário, sendo ampliada inclusive para o Ensino Superior, reforçando nossa hipótese de que o problema não está relacionado às instituições em si, mas sim à diversidade de públicos que esses estabelecimentos passam a receber. Merece destaque, também, o contraponto do ensino particular ao ensino oficial público, que ao longo das décadas foi pautado diversas vezes, destacando a baixa qualidade do ensino particular, por estar voltado ao lucro e não à eficácia das aprendizagens.

REFERÊNCIAS

[sem título]. **Folha de S. Paulo**, 16 de março de 1923, folha da noite, p. 3.

BRANDÃO, Zaia et. al. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRANCO, Benelleto. Ainda sobre o rendimento do ensino primário, **Folha de S. Paulo**, 9 de

fevereiro de 1936, p.3.

CARDOSO, Ofélia. O problema da repetência na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 13, n. 35, p. 74-88, 1949.

COMERCIALIZAÇÃO e fiscalização do ensino. **Folha de S. Paulo**, 19 de março de 1947, p.4.

DIREITO e Economia: pesquisa comprova má qualidade do ensino. **Folha de S. Paulo**, 02 de maio de 1970, p. 1.

ESTEBAN, Maria Teresa. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 21, n. 1, p. 5-31, 2008.

FREITAS, M. A. Teixeira de. **O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

GOLDBERG, Maria Amélia *et. al.* **Seletividade sócio-econômica no ensino de 1º grau**. Rio de Janeiro: Achiamé/Anped, 1981. KESSEL, Moisés. A evasão escolar no ensino primário (com nota preliminar de Anísio Teixeira e estudo introdutório de Otávio Martins). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 56, p. 53-72, 1954.

HAMBURGUER Ernest W; RIBEIRO-NETO, Adolfo. Vestibular: é mesmo uma solução certa? **Folha de S. Paulo**, 26 de julho de 1970, p.1, 2 e 3.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.

MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: C. S. M Domingos; A. Batistella; D. S. Angeli (Orgs.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1982.

PARA COMBATER a comercialização do ensino. **Folha de S. Paulo**, 13 de março de 1956, p.4.

QUALIDADE de Direito e Economia cai segundo USP. **Folha de S. Paulo**, 02 de maio de 1970, p. 6.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1984.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 5, p. 7-20, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, 19-23, 1987.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.